Sociologia da sócio-antropologia do negro na Bahia

JEFERSON AFONSO BACELLAR

A idéia inicial deste trabalho era uma exposição das idéias de Guerreiro Ramos acerca do negro na sociologia brasileira. Entretanto, cedo, resolvi transformá-lo em um exercício prático, pessoal, da sócio-antropologia do negro na Bahia. Não que isto signifique um abandono das idéias centrais de Guerreiro Ramos, vez que o trabalho foi pensado e elaborado a partir da introdução crítica; apenas relacionamos e filtramos o que nos parecia mais conveniente, analiticamente. Adotamos as suas colocações de que o negro tem sido estudado a partir de valores e categorias induzidas da produção sócio-antropológica européia e norte-americana. E que a sociologia desenvolvida *é, ela mesma, um problema,* carecendo, em especial, de abordagem de temas fundamentais. Embora não a utilizemos, tem grande sentido a sua análise psicológica, à luz da sociologia, da produção intelectual, marcadamente do Nordeste, "como o protesto racial de uma minoria inteiramente inferiorizada".

Afastamos de Guerreiro Ramos o seu tom exageradamente polêmico e, algumas vezes, rancoroso. Daí, não conter este trabalho a análise efetivada por ele em relação a diversos autores. E, por outro lado, devido ao fato de conhecermos suficientemente os autores aos quais ele se refere. Afastamos, também, as suas contradições, explicáveis biograficamente, como a defesa do Teatro Experimental do negro. Deixamos de lado a forma generalizante como aborda toda a produção sociológica acerca das relações raciais, por um lado, pela não aceitação das suas teses; por outro, pela sua extensão e insuficiente conhecimento pessoal.

Este trabalho dirige-se, basicamente, à compreensão da sócio-antropologia do negro na Bahia. Nele, discutiremos a existência de uma divisão de enfoques na análise das relações raciais. De há

muito têm sido evidenciadas as dificuldades da divisão da história da ciência em enfoques e períodos delimitados. As correntes de pensamento, como veremos no decorrer do trabalho, características (se é que assim poderíamos chamar) de determinados períodos, ultrapassam largamente os limites que lhes são atribuídos. E, mais difícil ainda, é enquadrar com precisão os pesquisadores; daí porque, em parte, esta possibilidade foi afastada. Um exemplo claro é o de Artur Ramos que, não obstante a orientação geral do seu trabalho, tem uma obra singular, como *Guerra e Relações de Raça,* onde ele mostra que o estudo das relações raciais envolve sempre estruturas de dominação. Assim, não obstante estes considerandos, intentamos oferecer um quadro amplo da orientação, em especial *temática,* da nossa produção sócio-antropológica.

Inicialmente, apresentaremos, de modo sumário, a configuração sócio-histórica baiana e a forma como se adequava o procedimento científico, inclusive à transplantação dos parâmetros científicos europeus. Após a mostra da primeira perspectiva, situaremos a linha de continuidade temática — os estudos afro-brasileiros — não obstante a ruptura teórica e metodológica. Na terceira perspectiva incluem-se os trabalhos que procuraram uma nova abordagem do negro, visando uma análise dos mecanismos de mobilidade social e discriminação, o exame das condições reais do negro numa sociedade de classes. Entretanto, não foi esta perspectiva que ganhou força e redimensionamento teórico e metodológico, e sim, aquela baseada nos estudos que denominaríamos de forma ampla, "afro-brasileiros". Embora não seja abordado, estamos diante de um problema de sociologia da vida intelectual, no plano das suas *vigências* e, aqui, *temática.*

Ao abordarmos os estudos "afro-brasileiros" mostramos as influências sofridas pela prática social e, por outro lado, a forma como a produção intelectual influenciou essa mesma prática. Evidenciamos a ação desenvolvida pela ciência na estrutura social, sem esquecer, entretanto, e, em especial, no que diz respeito ao negro, o processo de institucionalização ou, mais restritamente, o que os antropólogos chamam de enculturação. Eles são também processos responsáveis pela manutenção das "formas culturais afro-brasileiras".

Os estudos sobre o negro na literatura sociológica brasileira estão marcados por uma profunda ambigüidade. De um lado, estão aqueles que fundamentam a trama ideológica em que se assenta a "democracia racial"; de outro, aqueles que permitem o "esclarecimento científico", em maior ou menor grau, de dimensões significativas da realidade.

Guerreiro Ramos, com seu espírito excelentemente polêmico, desmascara — sendo um dos precursores de uma sociologia da sociologia no Brasil — uma das diretrizes assumidas pelo processo sociológico no tratamento das relações raciais. A farta literatura de caráter histórico e sócio antropológico sobre o problema do negro no Brasil constitui, por si, material significativo para a compreensão do que há de problemático na condição do negro na sociologia brasileira. No entanto, como critério analítico, mantém conexões com os fatores existenciais, vez que, embora a vida intelectual possua peculiares características, costuma ser um reflexo da realidade social em que se fundamenta.

Nas primeiras linhas já nos referimos, de certa forma, à existência de uma divisão de enfoques, perspectivas e implicações na análise da situação do negro no Brasil. Vale salientar que a mesma ambigüidade da literatura sociológica reflete-se, inevitavelmente, em vários dos seus autores na sua produção intelectual. Daí, estarem em determinadas obras, de um "lado" e em outras no reverso, exigindo, portanto, uma revisão crítica acurada.

As disposições que orientaram os ajustamentos raciais dos "brancos" no Brasil, não obstante as variações regionais, essencialmente, apresentam o mesmo padrão. A análise desenvolvida por Florestan Fernandes, em relação a São Paulo, adequa-se, perfeitamente, aos nossos objetivos:

> a perpetuação, em bloco, de padrões de relações raciais elaboradas sob a égide da escravidão e da dominação senhorial, tão nociva para o "homem de cor", produziu-se independentemente de qualquer temor, por parte dos "brancos", das prováveis conseqüências econômicas, sociais ou políticas de igualdade racial e da livre competição com os "negros". Por isso, na raiz desse fenômeno, não se encontra nenhuma espécie de ansiedade ou de inquietação, nem qualquer sorte de intolerância e de ódios raciais, que essas duas condições fizessem irromper na cena histórica. Em nenhum ponto ou momento o "homem de cor" chegou a ameaçar, seja a posição do "homem branco" na estrutura de poder da sociedade inclusiva, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida. Não se formaram, por conseguinte, barreiras que visassem impedir a ascensão do "negro", nem se tomaram medidas para conjurar os riscos que a competição desse elemento racial pudesse acarretar para o "branco" (1965, p. 194).

E esse padrão de ajustamento tem maior força, exatamente, nos locais e regiões onde preponderaram os contingentes negros, em especial na "cidade africana", Salvador (Bahia, de um modo geral). Sem atentar para outras implicações analíticas, referentes ao pro-

cesso histórico e sócio-cultural, observamos que a composição demográfica da população apontava o predomínio numérico dos negros, favorecendo a sua "mistura" com os grupos brancos existentes. Isto permitia, através de diversos mecanismos, a ascensão social individual dos negros nestas áreas. Entretanto, manteve-se a sociedade baiana no período colonial atribuindo direitos, deveres e privilégios diferenciais a brancos, pretos e mulatos. O processo da mestiçagem apresenta-se como bastante singificativo para a compreensão do dinamismo social intrínseco assumido, em especial por Salvador, como uma sociedade multi-racial. Entretanto, outros aspectos são indispensáveis para a compreensão das relações raciais em Salvador. Ora, o trabalho escravo nas áreas urbanas assume certas especificidades e, em Salvador, pelas características de sua estrutura produtiva, já em meados do século XIX, o trabalho livre ou semi-livre foi se firmando.

Em pesquisas no Arquivo Público, em tempos outros, observamos que, 20 anos antes da Abolição, eram tornados livres 2.000 a 3.000 escravos, anualmente. Daí, levantamos a hipótese de que o esgotamento do trabalho escravo em Salvador deu-se previamente a qualquer outra área brasileira. Os centros urbanos no século XIX desenvolviam-se, inclusive, com a criação de necessidades específicas que ampliavam a divisão social do trabalho. Nas cidades surgiam ocupações e serviços que alargavam para o negro sua área de atividade. Assim, dentro do padrão de ajustamento econômico vigente no período colonial, os negros puderam adaptar-se à economia de subsistência, ao artesanato urbano, ao pequeno comércio, etc., como libertos, semi-livres ou ainda escravos. Entretanto, essa participação ativa na estrutura ocupacional, assim como em todo o Brasil, não suscitou para o negro um fluxo constante de mobilidade social ascendente, mas sim, uma incorporação à ordem competitiva que estava se instaurando.

Numa sociedade mestiça, com aberturas para a ascensão social de qualquer indivíduo, com predomínio de negros, o trabalho escravo esgotando-se, muito antes de qualquer região do país, operou-se a reelaboração intepretativa das velhas racionalizações que fundamentavam o trabalho escravo. Era onde, obviamente com maior realce, apareceria o mito da democracia racial, e isto tinha razão de ser. Observe-se que a Abolição em Salvador, ao contrário de outras regiões do país, não foi acompanhada de transformações sócio-econômicas. A cidade permanecia fiel à sua antiga função de porto e cidade comercial. Pela ausência de imigrações estrangeiras, não

obstante as tentativas inócuas, o negro não sofreu a concorrência do branco. A ausência de modificações na estrutura produtiva determinou, *basicamente*, a manutenção do sistema ocupacional, onde os esquemas e as posições não se alteram, apenas o escravo torna-se livre, desligado das vinculações imanentes à ordem escravista. Não ocorreu em Salvador a "desorganização social crônica" como ocorreu em São Paulo, segundo Florestan Fernandes, onde o negro, às formulações da nova ordem, não foi reabsorvido pela estrutura ocupacional da cidade. No entanto, vale ressaltar, permaneceu como grupo na linha do padrão tradicional de ajustamento econômico nas posições mais baixas da sociedade.

Um aspecto marcante relacionado com a nossa perspectiva de precocidade do "mito da democracia racial" em Salvador, diz respeito às atividades produtoras. Enquanto nas áreas de transformação, o movimento abolicionista foi impregnado da preocupação de revalorizar as atividades humanas produtoras, livrando-as do estigma de ações inferiores, em Salvador tal não ocorreu. O desprezo por estas atividades foi mantido: "trabalho é prá negro e cachorro". A inexistência de novo foco dinâmico na estrutura produtiva da cidade é fundamental para a compreensão dessa melhor adaptação aparente de negros e mulatos. Estes permanecem no artesanato urbano, no pequeno comércio, serviços domésticos e outros serviços com baixa especialização, sem grande participação no fluxo da redistribuição de renda, nas posições mais baixas da sociedade.

Havia a necessidade de forjar uma consciência (falsa) da realidade racial e a situação peculiar de Salvador a favorecia inteiramente. Os círculos dominantes tinham nos negros (e não só) mão-de-obra barata e abundante, sem os vínculos do sistema da escravidão e sem o caráter do empreendimento capitalista. Era simples: "dou-lhe o tratamento de escravo", sem vínculos e compromissos, e obtenho uma maior mais-valia pagando-lhe muito menos que o faria um empreendimento capitalista. Era o máximo que se poderia alcançar naquele período histórico, em termos de exploração econômica e dominação por parte de uma classe social. E esta, através de vários mecanismos, tentou justificar a inferioridade do negro e os seus corolários, vagabundagem, desorganização da família, costumes, etc. Conforme veremos, nada melhor que a ciência, forma de saber privilegiado, para justificar tal situação. Por outro lado, Salvador, nos inícios do século XX, ainda, era, predominantemente, formada por negros e mulatos. Compreenda-se que, de forma mais ou menos significativa, somente nos fins do século XIX tem início

a migração campo-cidade. No Jornal de Notícias de 30 de agosto de 1895, já é a migração e a miséria na cidade de Salvador fator de preocupação. O isolamento, pela quase inexistência de migrações, possibilita a sua caracterização como área "culturalmente passiva", com uma ordem social relativamente estável. Com a Abolição, e até 1930, *basicamente,* pouco mudou. "Tudo estava em seu lugar". Assim como em outras áreas do Brasil, após a Abolição, operou-se uma "reelaboração interpretativa de velhas racionalizações" (mito da democracia racial), com algumas especificidades. A composição racial da população favoreceu inteiramente o desenvolvimento dessas racionalizações. Alia-se a este fator um aspecto de real significado: a importância política das racionalizações para a manutenção de um ordem social estável. Imagine-se o caráter assumido em Salvador, uma sociedade, predominantemente, de negros e mulatos onde as oportuniades de competição fossem fechadas a ele. Evidentemente, não foi isto que ocorreu; o negro tinha a "demonstração" (ascensão individual), já na escravidão, não tinha concorrentes (ainda) nas suas ocupações, eram todos "livres prá trabalhar, era uma autêtica "democracia". A técnica de dominação da classe dominante era perfeita: havia uma sociedade aberta — inclusive porque muitos deles eram *"morenos"* — mas ficava implícito e/ou explícito que negro era inferior.

Aí é que entra, com muito sentido, a análise de Guerreiro Ramos, atendendo-se, ainda, a um fator muito significativo: a nossa "dependência" cultural. O trabalho científico era, via de regra, um "répetiteur", uma transplantação dos quadros científicos, notadamente europeus, e neste, a noção de raça vigorava, assinalando a inferioridade de determinados grupos humanos, em especial, o negro. Esta visão geral permite a compreensão da presença de representações ideológicas nas investigações desenvolvidas nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, tanto nas motivações, quanto em seus resultados interpertativos.

Nina Rodrigues, em 1884, em um estudo que poderia fixar-se no campo da sociologia jurídica — *As raças humanas* (1957) — objetiva, através das vigências científicas, a inferioridade de determinadas raças na formação do povo brasileiro. Torne-se claro que, em nenhum momento, intentamos uma análise valorativa de Nina Rodrigues ou qualquer outro autor. *O Animismo Fetichista,* publicado em 1896, trata, basicamente, das formas de religiosidade do negro. E é ainda Guerreiro Ramos que faz perguntas, às quais ele próprio responde categoricamente. "O negro tem entre nós religião específica"?

Objetivamente não. Desde a época colonial, grande massa de negros e mestiços tinha abraçado a religião predominante no Brasil — a católica (p. 148).

"Terão os negros e seus descendentes criminalidade específica?

Objetivamente, ainda não. A maior freqüência de indivíduos pigmentados na estatística de certos crimes decorria necessariamente de sua predominância em determinadas camadas sociais. Assinala um fenômeno quantitativo e não qualitativo. Por outro lado, careceria de base objetiva a afirmação de que o negro no Brasil manifestasse tendências específicas essenciais na vida associativa, na vida conjugal, na vida profissional...
O fato é que o negro se comporta sempre essencialmente como brasileiro, embora, como o dos brancos, esse comportamento se diferencie segundo as contingências de região e estrato social (p. 149).

Nina Rodrigues e outros autores que seguiaram a sua perspectiva refletiam, plenamente, as tendências da configuração assumida, como foi analisado anteriormente, pela sociedade baiana. Entretanto, havia a necessidade da explicação das possibilidades de "fugir" à inferioridade, afinal de contas, os negros e mulatos estavam presentes em todas as camadas da sociedade baiana. Ele, que se apoiava na ciência da época para justificar a ascensão de determinados negros, recorre ao senso comum:

Ora se admitem todos que essas raças não estão aptas ainda para um alto grau de civilização, todavia ninguém desconhece que *há negros* e pode haver índios *que valem mais do que brancos* (p. 118).

Guerreiro Ramos diz:

O que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência (p. 150).

A sua consideração não é errônea. Entretanto, ele apenas "arranha", ou seja, fica na superfície dos fatos. Tratando das primeiras décadas ou, aliás, do caminho trilhado por Nina Rodrigues e outros, a noção de cor reflete as teorias científicas vigentes "em que os povos selvagens postos em relação com as raças civilizadas,

ou civilizam-se, o que é raro, extinguem-se ou reduzem-se". O negro era problema na Bahia de 1900, por sua predominância quantitativa, daí o desenvolvimento de estudos, como os de Nina, afirmando a sua inferioridade e diferença de costumes.

Esta primeira perspectiva científica mantém os vínculos analisados em relação aos fatores que poderíamos denominar infraestruturais e, por outro lado, reflete ou, aliás, adota as vigências da ciência, notadamente européia. E esta, segundo Lévi-Strauss, opera ao nível do saber e da pesquisa, sob a capa do evolucionismo cultural, o qual consiste em inscrever a diversidade num eixo de sucessão pelo qual as culturas outras surgem como etapas anteriores de uma história comum da humanidade, da qual a cultura ocidental representaria o estágio avançado, para onde tenderão os demais em seu desenvolvimento. O racismo firma-se pelas certezas científicas, pelos pretensos estudos científicos de genética das populações, biologia, encefalografia, etc. Nesta fase, o estudo do negro, o que seria desenvolvido posteriormente, já era vinculado às culturas africanas, sendo portador de traços culturais que se apresentavam como sobrevivências. Tem sido evidenciado como é arbitrário dividir a história da ciência em períodos delimitados. As correntes de pensamento características de determinados períodos ultrapassam, amplamente, os limites que lhe são atribuídos. E, mais difícil ainda, é enquadrar com precisão os temas de reflexão e os pesquisadores. Entretanto, sem atentar para maior precisão cronológica, observaremos que, de certa forma, as tendências dominantes desta fase continuarão a manifestar-se, enquanto as novas tendências assumirão grande impulso.

Nesta fase, seguindo o impulso dos parâmetros da dependência, também no campo cultural científico, adotamos as tendências científicas vigentes na Europa e, especialmente, nos Estados Unidos. A antropologia desenvolvida na década de 30 fundamentava-se, inicialmente, de forma básica, em Boas; era o caminho científico a ser seguido: o estudo da história cultural como o único que permitia a compreensão das características de qualquer sociedade. Com a disseminação marcante dos estudos de difusão cultural, o campo privilegiado da pesquisa seria, naturalmente, as populações e culturas tradicionais. A Bahia, com a sua grande quantidade de negros, mantendo "formas culturais africanas", era o local propício para o desenvolvimento de tais estudos. Até a década de 30, Salvador não sofrera grandes modificações, sem focos capazes de ativar, significativamente, sua economia, sem migrações de grande vulto, sem grandes alterações em sua estratificação social. Este "imobilismo",

ou seja, inexistência de grandes alterações na estrutura econômica e social de Salvador, favoreceu, não obstante, o dinamismo social intrínseco, a manutenção em determinados contingentes da população negra, de padrões e valores relacionados com a cultura africana. Eram manifestações culturais — formas de viver — possivelmente, de um contingente expressivo da população negra. Permaneciam ainda nas posições mais baixas da sociedade, tendo sentido, ainda, o incremento das racionalizações formuladas sobre o trabalho, em especial, o trabalho manual.

Os estudos sobre o negro consideravam-no como "portador de traços culturais, vinculados a culturas africanas", fundamentando, de certa forma, dois axiomas: 1) "existem culturas inferiores; 2) a cultura ocidental é absolutamente superior". Era evidente que o conteúdo justificador, agora, era outro, e um trecho de Jean-Marie Benoist (utilizado em outro sentido) adequa-se perfeitamente à sua explicação:

> ... a boa fé no humanismo consiste em proclamar os direitos da pessoa humana (concebida, evidentemente, segundo as categorias de uma racionalidade ocidental) e em proclamar que apesar de sua diferença cultural o outro participa de seus direitos (p. 13).

Explicitando ainda mais, os negros agora não eram encarados como biologicamente inferiores, eram diferentes culturalmente, porque vinculados ao mundo africano, inscrevendo-se num "eixo de sucessão histórica como etapas anteriores de uma história comum (ocidental) da humanidade".

Consideramos, em termos de vigência, Artur Ramos como o marco inicial dessa fase.

> Redefinindo, então o "problema negro", no que se refere ao Brasil, Artur Ramos considera-o em primeiro lugar um problema histórico, a questão do tráfico, as raças negras importadas, a história da escravatura, etc. (Pierson 1971, p. 255).

Artur Ramos viu a abordagem de Nina, baseada nas teorias de Lombroso e Ferri, como "um erro, um erro do tempo" e, desta forma, utiliza-se da psicanálise para a interpretação das religiões e do folclore do negro. Posteriormente, de forma progressiva, abandona tal abordagem teórica, vinculando-se à "história cultural".

É, exatamente, na década de 30 que se firmam e se desenvolvem os estudos afro-brasileiros. A problemática do negro, enfocando os africanos e seus descendentes, ganha tamanha força que,

neste período, realizam-se dois Congressos Afro-Brasileiros, sendo o primeiro (1934) em Recife e o segundo (1937) na Bahia. O foco de interesse destes Congressos limitava-se a três campos: 1) história da importação e da exportação africanas; 2) as sobrevivências de formas culturais africanas; 3) as variações antropométricas entre as raças (Pierson 1971, p. 250).

Como se pode observar, os dois enfoques, de forma geral, predominaram na nova perspectiva, enquanto o terceiro representava, ainda, uma persistência da antiga perspectiva.

Os trabalhos tratavam de assuntos como: "O Africano na Bahia"; "Contribuições bantos para o sincretismo fetichista no Brasil"; "Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira"; "Documentos antigos sobre a guerra dos negros palmarinos"; "O orixá dos pobres"; "Culturas negras; problemas de aculturação no Brasil", (Pierson 1971, p. 250). Os Congressos afirmaram-se como apologetas da democracia racial brasileira e uma descrição do Gilberto Freyre é bastante exemplificadora:

> Não só nenhuma pompa como quase nenhuma burocracia. Sentaram-se em volta da velha mesa, na cabeceira da qual se sucederam os presidentes, conforme o assunto do dia, não só doutores, com grande erudição de gabinete e de laboratório, como ialorixás gordas, cozinheiras velhas, pretas de fogareiro, que trouxeram do fundo de cozinhas de mucambas receitas de quitutes afro-brasileiros quase ignorados; negros de engenho como o Jovino, cujo trabalho cheio de erros de português e de saudades do tempo das almanjarras... babalorixás... rainhas de maracatu... Gente que... descobrira nessas "coisas de negro" mais do que simples pitoresco: uma riqueza nova de emoção, de sensibilidade, até mesmo de espiritualidade... (Freyre et alii 1937, pp. 348-49).

É neste período que ainda, compreensivelmente, grande número de autores se dedicam ao estudo do negro, que constituía um grande contingente da população baiana. Este é o momento em que o crescimento da administração pública exigia um novo tipo de mão-de-obra gerando, conseqüentemente, um desenvolvimento das instituições escolares, assim, mais autores e mais público; estavam na corrente da moda científica, estudos de cultura e tradição. A situação era simples: "estrangeiros querendo conhecer nossa cultura e nós a tínhamos à soleira da porta, nas cozinhas, nas ruas, nos morros, em cada esquina ou canto da cidade estava o nosso objeto de pesquisa".

Na Bahia, o Congresso teve ainda maior expressividade, "os congressistas tomaram contato com as coisas do negro foi no seu

próprio meio de origem, nos candomblés, nas rodas de samba e de capoeira" (Carneiro 1964, pp. 98-102).

Era ainda, assim como na primeira perspectiva, uma justificativa racionalizadora, embora em outros moldes, da persistência do negro nas posições mais baixas da sociedade.

Na década de 40, aparece a terceira perspectiva, que tem como marco de referência o trabalho de Donald Pierson, *Brancos e Pretos na Bahia*, publicado em 1942.

A partir de 1930, reiterando, a administração pública converte-se em foco dinâmico da economia e sociedade baiana. O crescimento e o caráter da administração pública demandaram um novo tipo de mão-de-obra e, consequentemente, uma demanda de serviços educacionais correspondentes (Jeslin 1974).

Verifica-se, portanto, o aumento numérico da população empregada, de forma segura e estável, em ocupações burocráticas, fortalecendo-se um estrato médio de assalariados. Era uma oportunidade para o negro, tornando-se a educação um dos mecanismos que possibilitariam a sua mobilidade social. Era mais uma possibilidade (individual) da ascensão social, começando já a aparecer com maior expressão em outras camadas da sociedade. Por outro lado, a zona cacaueira, com a estabilização do seu produto no mercado, deixara de ser o polo da economia estadual, perdendo, assim, "o papel de atração em relação aos excedentes da mão-de-obra agrícola da região semi-árida. Entre 1940 e 1950, Salvador recebe um excedente demográfico de 126.792 pessoas, das quais os imigrantes representavam 70%. Desde 1950, aumenta, em média, de 15.000 habitantes por ano, dos quais, pelo menos 2/3 vêm do interior" (Santos 1959, p. 47). A miscigenação ganhava corpo, cada vez mais, com as uniões inter-raciais, o negro imiscuía-se nas diversas camadas, havia muita gente agora para dividir a pobreza com o negro. A situação, portanto, era outra, completamente diversa. A aparência da realidade já não enganava.

Na terceira perspectiva, como marco inicial, tomamos Donald Pierson, com o trabalho já citado, e, dez anos após, Thales de Azevedo, com *Les Elites de Couleur dans une Ville Brésilienne* (Edição da UNESCO, 1953, Apud G. Ramos). Atente-se que essas investigações e outras foram patrocinadas por instituições estrangeiras e pela UNESCO. O fim visado, interessante do ponto de vista mundial, seria bastante discutível em plano nacional, não obstante o seu singificado para as ciências humanas no Brasil. Foi, entretanto, como conseqüência destes trabalhos, que se desenvolveram os es-

tudos que incluíam discussões mais elaboradas sobre os mecanismos de mobilidade social e discriminação, o exame das condições reais de contato racial em contraposição à ideologia dominante. Desenvolveram esses autores, embora sob o "carisma" teorético da sociologia americana, uma nova abordagem do problema do negro na Bahia. Ao analisar o negro, procuraram esclarecer a sua situação em face da sociedade brasileira. Como o mesmo se inseria, qual a sua posição, como os demais grupos da sociedade os encaravam, quais as representações ideológicas existentes, enfim, buscavam uma compreensão das condições do negro nas suas relações com a sociedade.[1] Entretanto, não é esta perspectiva a que vigora, a que assume o plano e desenvolvimento dos estudos acerca das relações sociais, mas, é a segunda que se mantém e adquire outra dimensão.

Os Congressos tiveram importância na manutenção daquela abordagem e em 1942 aparece um grande reforço: Melvine Herskovits inaugurando as atividades educacionais da Faculdade de Filosofia. Um dos mais eminentes antropólogos, reconhecido em todo o mundo, congrega a intelectualidade baiana e incita-a a estudar a vida dos afro-brasileiros, diz os campos de interesse da etnologia e "dá de bandeja os temas a serem explorados pelos investigadores baianos", as origens africanas, os costumes, o sincretismo, etc. (Herskovits 1967, pp. 89-105). Herskovits assinala outros temas, entretanto, todos eles relacionados com a vida dos *afro-brasileiros*. Esse era o objeto da sócio-antropologia baiana.

A partir de 1950, começa a funcionar a primeira refinaria, e as atividades relacionadas à extração e refinamento de petróleo foram se expandindo na área metropolitana de Salvador. As atividades petrolíferas geram uma renda considerável e influem na vida econômica da área onde se instala. Entretanto, demanda relativamente pouca mão-de-obra (Pinto 1958). Acrescente-se, no entanto, a importância, como efeito psico-social, na atração de grandes contingentes humanos para a cidade. A forma como reiteramos tais considerações objetiva demonstrar que o crescimento econômico e a crise simultânea dos setores coexistentes, gerando, tendencialmente, uma superabundância da oferta de força de trabalho, determina o paulatino empobrecimento das classes trabalhadoras. O problema do empobrecimento e da permanência nas categorias mais baixas da estratificação social, agora, não é mais somente do negro, mas apresenta-se no contexto estrutural do capitalismo dependente como

---

[1] Pelo caráter do trabalho, limitamo-nos a estes autores, não obstante a existência de outros na mesma orientação.

uma situação das classes trabalhadoras. É como afirma Guerreiro Ramos:

> Desde que se define o negro como um ingrediente normal da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar do problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo (Ramos 1957, p. 157).

E esta situação se reforçaria a partir de 1950, quando tem início o processo de industrialização, um novo foco dinâmico da economia baiana, tendo grande importância na transformação da vida da cidade. Com ele, modificou-se a estratificação social e residencial da cidade, grandes contingentes humanos foram atraídos, aparecia uma "forma urbana de vida" em determinadas áreas e segmentos, etc.

Observe-se que os círculos dirigentes da sociedade, inicialmente, tinham razões, como foi apontado, para a revitalização das normas da velha etiqueta de relações raciais, distinções e prerrogativas sociais, colidindo, assim, com as bases econômicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas de uma sociedade multi-racial, de estrutura secularizada, aberta e em diferenciação marcante (Fernandes 1965, p. 195). No entanto, os novos círculos humanos em ascensão que alteravam a própria estratificação social da cidade, "já não possuíam motivos substanciais para se identificaram, nesse plano, com as velhas elites". Mas, se os novos círculos permaneceram indiferentes às técnicas de dominação social vigentes até então, basicamente, apropriaram-se, de forma parcial, destas técnicas, tirando proveito delas, de acordo com as circunstâncias especiais. A reelaboração interpretativa das velhas técnicas de dominação social e cultural, fundamentando a "democracia racial", teria um grande reforço na intelectualidade responsável pela sócio-antropologia do negro, em especial, através dos *estudos afro-brasileiros.* Isto significava a manutenção, embora dentro de outro enfoque teórico (assim como ocorreu da primeira para a segunda perspectiva), do estudo da contribuição africana ao processo social e cultural brasileiro. Evidentemente, por sua expressão até nossos dias, proliferaram os pesquisadores e estudiosos e, por outro lado, os enfoques teóricos, desde um neo-evolucionismo até a moderna antropologia sócio-cultural, entretanto, sem pretender rotular ou valorar os mesmos, colocamos no nosso prisma analítico dentro de uma mesma perspectiva. Neste trabalho, como já afirmamos anteriormente, não pretendemos a análise desta ou daquela obra, ou deste ou daquele

autor, e sim, anotar as maiores ou menores vinculações da sócio-antropologia do negro com o ambiente social em que foi gerada, o seu condicionamento social e vice-versa.

Retornemos a Guerreiro Ramos, com a sua patologia social do "branco brasileiro":

> Os sócio-antropólogos, autores de estudos sobre "o negro no Brasil"... são naturais daqueles estados, cujos "brancos" exibem os caracteres psicológicos que ilustram o que poderíamos chamar o *protesto* racial de uma minoria interiormente inferiorizada.

Com outro caráter analítico, embora com o mesmo sentido, situamos como bastante sintomático o fato de que os estudos, em sua maioria, feitos por "brancos" tenham sido dirigidos para a compreensão daquilo que é visto como "autenticamente" negro, ou seja, a sua vinculação com a escravidão e a herança africana. O que o autor não percebeu é que esses estudos eram justificadores das técnicas de dominação social das velhas elites. O Instituto Genealógico aparecia na Bahia como o outro elemento justificador das origens brancas desses elementos da minoria "clara". Ao estudar-se os negros na sua irrestrita veiculação à cultura africana, "elementos da camada "branca" minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se do seu arquétipo estético — que é europeu" (Ramos 1957, p. 181). Conforme vimos anteriormente, o negro permanece diferente culturalmente, vinculado a outras etapas da história da sociedade. Essa mesma visão permanece até os nossos dias; Juan Elbein dos Santos, em seu trabalho *Os Nagô e a Morte,* publicado em 1976, nos apresenta a resistência e a segregação de um grupo com relação à sociedade global contra o que se opõe uma organização social e um sistema simbólico próprios. A busca do "tradicional" é mantida, daí, a maior vigência dos estudos intragrupais, jamais em suas relações com a sociedade global e sim, sempre contidos em si mesmos. Quer dizer, o negro permanece, a partir de sua própria análise, como "diferente", africano e, portanto, inferior, vez que não assimila as pautas civilizatórias vigentes. Quando, na realidade, os elementos ligados à cultura africana já foram reelaborados em seu "contexto baiano e, com suas peculiaridades, participam e integram essa globalidade" (Azevedo et alii 1975, p. 87).

Uma outra nuance merece ser enfocada no caso da Bahia: tem a produção intelectual responsabilidade pela manutenção das "formas culturais africanas"? Ora, claro que sim; em maior ou menor

grau, mas tendo sempre uma participação significativa. A presença dos mais significativos intelectuais, além dos Congressos, participando de cultos afro-brasileiros e produzindo e divulgando a vida dos seus participantes e o seu significado cotidiano para a existência original do baiano, nos costumes, roupas, comidas, festas, etc., são de grande importância. Estes intelectuais, de prestígio nacional, exprimiam nas suas obras a forma do tradicional viver baiano, repleto de magia e encanto, constituindo os "meios de divulgação" dessa "cultura" para os grupos sociais que os respeitavam e admiravam, enquanto, por outro lado, reforçavam a manutenção das puras tradições africanas. Pode-se evidenciar esta situação no IV Colóquio Luso-Brasileiro, quando os membros do mesmo participaram de uma cerimônia dedicada a Xangô, como parte do programa oficial, onde os convidados foram saudados por Jorge Amado da seguinte maneira: "Na minha qualidade de Otum Obá Arolu deste Axê do Opô Afonjá, tenho a honra e a alegria de receber, em nome de todas as Iaôs, Ogãs e Obás, em nome de Senhora, nossa mãe e mãe-de-santo..." (Costa Lima 1966, p. 26).

Foi em torno desse "viver baiano", das suas tradições, especialmente, as ligadas aos cultos afro-brasileiros, formulados pela produção intelectual, que se fundamentou o turismo baiano. A repercussão nacional, e até mesmo internacional, principalmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, determinou que a "pureza e tradicionalidade" fossem reforçadas. A produção sócio-antropológica e literária determinava essa posição ideológica, esse direcionamento, com os elementos culturais ligados à herança e tradição africana, ao invés de apontá-los como assimiláveis e assimilados às "pautas civilizatórias vigentes dos modos de ser baianos". Além desses, outros elementos reforçaram esse "comportamento autêntico" do negro, como a transplantação de aspectos do movimento negro nos EUA, alguns deles bastante positivos, como o "black is beautiful" e, evidentemente, com outros muito negativos, como o "Black Bahia" e manifestações anteriores.

Atualmente, esse conjunto de idéias chega a assumir através da Associação dos cultos afro-brasileiros, uma posição nitidamente policial.

A sócio-antropologia baiana, ao invés de desfazer a trama das representações ideológicas, dificultou a elaboração de uma interpretação correta da situação do negro na Bahia. A situação racial esteve sempre marcada por profundas ambigüidades e a ciência, ao invés de esclarecer, confundiu, ainda mais, as dimensões significativas do real.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Thales de. *Cultura e situação racial no Brasil.* Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1966.

AZEVEDO, Thales de & outros. Sistema residuais de cultura africana, *Revista da Cidade do Salvador,* n.º 1. Bahia, 1975.

BENOIST, Jean-Marie. *Ciências e Instituições,* Opinião, 15/10/76.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos* (Estudo sobre o negro no Brasil). Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1964.

COSTA LIMA, Vivaldo da. Os Obás de Xangô. Separata de *Afro-Ásia,* n.ºs 2-3. Salvador, Bahia, Junho-Dezembro de 1966.

ELBEIN DOS SANTOS, Juana. *Os Nagô e a Morte.* Editora Vozes, 1976.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* O legado da raça branca. 1.º vol. Dominus Editora. Universidade de São Paulo, 1965.

FREYRE, Gilberto e outros. O que foi o primeiro Congresso Afro-Brasileiro no Recife, *Novos Estudos Afro-Brasileiros.* Rio, 1937.

HERSKOVITS, Melville J. Pesquisas Etnológicas na Bahia. *Afro-Ásia,* n.ºs 4-5, CEAO-UFBa, 1967.

JESLIN, Elisabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: o caso de Salvador, Estado da Bahia-Brasil. *Estudos CEBRAP.* São Paulo, (9): jul/set. 1974.

MERCIER, Paul. *História da Antropologia.* Livraria Eldorado. Rio de Janeiro, 1974.

PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia.* 2.ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1971.

PINTO, L. A. Costa. *Recôncavo: Laboratório de uma experiênlia humana.* Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais. Pub. N.º 1. Rio de Janeiro, 1958.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.* Editorial Andes Ltda. Rio de Janeiro, 1957.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.* Livraria Progresso. Bahia, 1957.

————. *O animismo fetichista dos negros baianos.* Pref. de Livraria Progresso. Bahia, 1935.

SANTOS, Milton. *O centro da Cidade de Salvador.* Aguiar e Souza Ltda. Livraria Progresso Editora. Salvador, 1959.